



VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS

Kátia dos Santos Pereira
Consultora Legislativa da Área XV
Educação, Cultura e Desporto

ESTUDO

MAIO/2016



© 2016 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO

1. Violência escolar	4
2. Principais formas de violência contra os professores.....	6
3. Fatores que interferem na violência contra os professores	9
4. Conclusão	12
5. Referências bibliográficas	14

VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS

Kátia dos Santos Pereira

1. VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência no contexto escolar constitui fenômeno mais antigo do que se imagina, sendo tema de pesquisa nos Estados Unidos desde a década de 1950 (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006). Tratado como questão disciplinar em estudos mais antigos, atualmente este tipo de violência ganhou contornos mais sérios ao vincular-se ao uso de drogas e de armas (inclusive as de fogo), passando a ser encarado como um grave problema social.

Segundo Sposito (2001), no início da década de 1980, com o processo de democratização do país em curso, eclodiram diversas reivindicações da sociedade, dentre elas a ampla demanda por segurança, especialmente entre os moradores das periferias dos grandes centros urbanos. A partir de então, o fenômeno da violência nas escolas torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil. De acordo com a autora, a essa época imperava o consenso de que os estabelecimentos escolares deveriam ser protegidos de pessoas estranhas, marginais ou delinquentes dos bairros periféricos aparentemente sem vínculo com a unidade escolar, em ações de depredação do patrimônio público e invasões.

Na década de 1990, a preocupação central com a violência escolar eram as agressões interpessoais no ambiente escolar, especialmente entre alunos. As interações entre grupos de alunos, sua sociabilização e relações entre si e com o mundo adulto tornaram mais complexa a análise do fenômeno, que, então, já alcançava cidades de médio porte (SPOSITO, 2001).

Para Abramovay, Avancini e Oliveira (2006), durante os últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI, “a preocupação com a violência nas escolas aumentou e tornou-se questionável a ideia de que as origens do fenômeno

não estão apenas do lado de fora da instituição – ainda que se dê ênfase, em especial, ao problema do narcotráfico, à exclusão social e às ações de gangues” (p. 30).

Na última década, os registros de violência escolar tornaram-se mais frequentes e ganharam espaço na mídia, muitas vezes divulgados pelos próprios estudantes envolvidos nas agressões, como forma de ganhar popularidade e respeito junto aos colegas.

A maioria dos estudos realizados ao longo dos últimos anos acerca da violência no ambiente escolar, especialmente aqueles de larga escala empreendidos por organismos internacionais, buscou analisar os contextos violentos que emergiam na escola, os fatores internos e externos associados, a percepção dos atores envolvidos, o espaço social no qual a escola está inserida, as relações sociais na escola e que medidas poderiam ser tomadas para combater a violência escolar (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006).

Não existe consenso em torno do significado de violência, especialmente da violência escolar, o que dificulta a apreensão e análise do fenômeno. A concepção de violência varia em função do estabelecimento escolar, do interlocutor (alunos, professores, diretores etc.), da idade e possivelmente do sexo. Assim, os pesquisadores em todo o mundo têm buscado refinar o conceito de violência, levando em consideração a população-alvo, os jovens e o lugar da escola como instituição. O próprio conceito de violência também varia entre os diversos países. De acordo com Abramovay e Rua,

Os termos para indicar a violência também variam de um país para outro. Nos Estados Unidos, diversas pesquisas recorrem ao termo delinquência juvenil. Na Inglaterra, alguns autores defendem que o termo violência na escola só deve ser empregado no caso de conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 22).

As autoras ressaltam ainda que “apesar das diferenças entre países e de conceituação, reforça-se a existência de um consenso quanto ao fato de que não

só a violência física merece atenção, pois outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves” (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 23), como as chamadas violências simbólicas (por exemplo, falta de prazer nas atividades escolares, negação da identidade, indiferença, desinteresse) e incivildades (agressões verbais, faltar com o respeito, humilhações).

Ao debruçar-se sobre a relação professor–aluno, Aquino (1998) argumenta que toda relação que envolve algum tipo de hierarquia entre os atores, independentemente de sua finalidade, é, a rigor, uma relação violenta. Assim, “pais e filhos são violentos entre si, da mesma forma que médicos e pacientes, sacerdotes e fiéis, personagens televisivos e espectadores, professores e alunos” (AQUINO, 1998, p. 14).

Para o autor, do ponto de vista de qualquer instituição, “não há exercício de autoridade sem o emprego de violência, e, em certa medida, não há o emprego de violência sem exercício de autoridade”. Nesse sentido, no âmbito da ação institucional da escola, espera-se do professor que ele exerça sua autoridade sobre o aluno a fim de que a instituição escola produza os efeitos desejados, razão pela qual o autor afirma existir, no contexto escolar, “um *quantum* de violência ‘produtiva’ embutido na relação professor-aluno, condição *sine qua non* para o funcionamento e a efetivação da instituição escolar” (AQUINO, 1998, p. 15).

No contexto escolar, a partir do conjunto de regras que ditam os comportamentos e as relações entre os atores – incluído aí o exercício da autoridade por parte do professor – desenvolvem-se sentimentos, atitudes e percepções variadas acerca da própria escola e dos envolvidos no processo de escolarização, que podem, muitas vezes, levar a desinteresse, indisciplina e atos de violência por parte dos alunos (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

2. PRINCIPAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES

Ainda são poucos os levantamentos sobre a frequência e os tipos de agressões sofridas pelos professores no ambiente escolar no Brasil.

Um dos mais abrangentes estudos brasileiros sobre violência escolar intitula-se “Violência, Aids e Drogas nas Escolas”, que deu origem ao livro “Violências nas Escolas”, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2002. De acordo com a pesquisa, as ameaças constituem a maior variante de violência contra professores no ambiente escolar, em sua maioria motivadas por notas baixas e indisciplina em sala de aula. Os estudantes reagem de maneira agressiva às rotinas impostas pelos professores, em geral consideradas violentas, embora dificilmente verbalizem as razões pelas quais entendem tais práticas do cotidiano escolar como violações a serem respondidas com ameaças. Como algumas dessas ameaças efetivamente se concretizam em agressões físicas, especialmente nos casos em que os alunos são colocados para fora de sala de aula, suspensos e/ou proibidos de entrar por terem chegado atrasados, o clima de intimidação e de tensão na escola é frequente (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Após a violência contra a pessoa (física e verbal, embora esta última passe, em geral, despercebida), o estudo da UNESCO aponta a violência contra a propriedade como a segunda principal ocorrência de violência contra os professores (pequenos furtos de objetos, dinheiro, celulares e bolsas, danos a automóveis entre outros) (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Divulgada em meados de 2014, a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS – *Teaching and Learning International Survey*), coordenada, em âmbito internacional, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ouviu mais de cem mil professores do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio que lecionam para estudantes de 11 a 16 anos de idade em 34 países.

A TALIS investigou, por meio de questionário, a formação inicial e continuada dos professores, suas práticas pedagógicas e buscou levantar, durante os anos de 2012 e 2013, informações sobre o ambiente de ensino e aprendizagem. De acordo com os resultados, mais de um terço dos professores brasileiros (34%) atuam

em escolas cujos diretores afirmam verificar semanalmente intimidação ou ofensa verbal entre os alunos, o que coloca o Brasil no topo do *ranking* de violência nas escolas entre os países participantes (INEP, 2014).

Nas escolas brasileiras também se verificam os maiores percentuais de ocorrência de intimidação ou ofensa verbal a professores ou membros da equipe escolar (12,5%) e uso/posse de drogas ou bebidas alcoólicas (6,9%). Os professores brasileiros são, ainda, os que declararam gastar mais tempo em sala de aula para manter a ordem (19,8% do tempo) e com tarefas administrativas (12,2%). Como resultado, o Brasil é o país onde os professores dedicam o menor tempo médio em sala de aula com ensino e aprendizagem de fato entre os países pesquisados (INEP, 2014).

Outro estudo sobre a violência escolar, desta vez no Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Data Popular e pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), publicado em maio de 2013 e intitulado “Violência nas escolas: o olhar dos professores”, revelou que quatro em cada dez professores declararam já terem sido vítimas de algum tipo de violência em escolas daquela unidade federativa.

Segundo o levantamento, 40% dos professores afirmaram ser comum, em suas escolas, sofrer ameaças ou ter algum bem pessoal danificado por alunos; 62% já foram xingados; 24% foram roubados ou furtados. Para 57% dos professores, as escolas em que atuam constituem um espaço violento. A situação é pior em bairros de periferia, onde 63% dos profissionais consideram a escola violenta. Para 42% dos professores entrevistados, as razões para a violência estariam no uso de drogas por parte dos alunos – muitas vezes o tráfico ocorre dentro dos próprios estabelecimentos escolares. Outras razões para a violência escolar, apontadas por psicólogos e pedagogos na pesquisa, são a desestruturação familiar e a exclusão social (APEOESP, 2013).

A pesquisa da Apeoesp (2013) aponta, entre os casos de violência contra os professores, os seguintes: agressão verbal (39%); assédio moral (10%);

bullying (6%); agressão física (5%); discriminação (5%); furto (5%); roubo ou assalto à mão armada (1%).

O estudo mostra, ainda, que os professores homens (51%) estão mais sujeitos a serem vítimas de violência que as professoras mulheres (35%). Nas cinco principais ocorrências de violência contra os professores, obteve-se a seguinte proporção: agressão verbal contra professores, 51% e, contra professoras, 35%; assédio moral contra professores, 15% e, contra professoras, 8%; *bullying* contra professores, 11% e, contra professoras, 5%; discriminação contra professores, 8% e, contra professoras, 5%; agressões físicas contra professores, 7% e, contra professoras, 5%.

Em pesquisa que analisou as representações sociais de violência contra o docente, construídas por professores de escolas da região metropolitana do Recife, Pernambuco, Machado e Soares (2014) também relacionam como amostras empíricas de violência contra os professores, elencadas por eles mesmos, a violência verbal e indireta, a violência física e os atos de vandalismo e depredação do ambiente escolar. As autoras ressaltam que os professores de escolas públicas evidenciaram experiências de agressões físicas e depredações, ao passo que aqueles das escolas particulares destacaram as humilhações e agressões verbais. Em falas dos professores de escolas particulares acerca das agressões sofridas, foi mencionado o valor comercial atribuído pelos alunos de classes mais abastadas para a educação escolar, corroborado pela postura da própria instituição escolar, que sempre dá razão ao 'cliente', no caso, o estudante.

3. FATORES QUE INTERFEREM NA VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES

O estudo "Violência, Aids e Drogas nas Escolas", da UNESCO, adotou um enfoque multidimensional para apontar um conjunto de fatores, internos e externos, que seriam as prováveis causas da violência nas escolas, entendida não apenas como a ação causadora de danos, mas também como as mais diversas

dimensões identificadas pelos integrantes do universo da pesquisa (dimensões socioculturais e simbólicas do fenômeno). As autoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua afirmam que:

A escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações entre alunos, professores, diretores e demais membros da equipe técnica que favorecem ou não os processos informativos e de comunicação na escola. Nesse ambiente de diversidade, no entanto, também ocorrem brigas, atos de agressividade e de violência, e as medidas tomadas para solucionar os conflitos em geral cabem à direção da escola. Os procedimentos adotados são, em sua maioria, advertências, suspensões, transferências e expulsões, conforme a gravidade do caso analisado pela escola. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 33).

Segundo a pesquisa, as regras e punições que normatizam o funcionamento da escola, em sua maioria aplicadas apenas aos alunos, dão origem a sentimentos, atitudes e percepções variadas que influenciam não só a permanência dos alunos na escola como sua convivência com os demais colegas, professores e membros do corpo técnico-pedagógico da instituição (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

O estudo da UNESCO mostra ainda que, dentre as regras impostas pelas escolas no cotidiano dos alunos, as que provocam reações mais imediatas estão relacionadas à observância do horário das aulas, ao uso do uniforme, à identificação e às práticas permitidas ou proibidas no espaço escolar. Os alunos reclamam que os próprios adultos infringem as regras e que há abuso de poder por parte das instituições, que impõem regras sem margens de defesa ou possibilidades de contestação por parte dos jovens (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006).

A violência contra o professor influencia, direta ou indiretamente, sua motivação profissional. Para Gurgel e Matos (2012), as agressões sofridas levam os professores à desmotivação, afetando sua prática e contribuindo para uma educação de baixa qualidade. Segundo os autores,

A falta de motivação causada pela violência escolar impede que os professores realizem seus trabalhos de maneira satisfatória, gerando prejuízos para alunos, escola e para o país. A violência que os professores enfrentam são resultados de inúmeros fatores, dentre eles destacam-se: pouca segurança na escola e imediações, carência em punições administrativas e judiciais mais severas aos alunos indisciplinados ou violentos e a omissão da família na vida educacional dos filhos. Muitos são os relatos de profissionais que sofreram algum tipo de violência física ou moral e que não procuram seus direitos por medo de represálias de alunos ou de suas famílias. (GURGEL; MATOS, 2012, p. 5).

Ao serem alvos de ameaças, agressões e desrespeitos de toda ordem em sala de aula, os professores sentem-se desestimulados a seguirem na profissão. O fato de não conseguirem punir os alunos que não aceitam se submeter às regras da escola e à autoridade docente sem ter sua integridade física e moral comprometida prejudica o desenvolvimento do trabalho em classe e, conseqüentemente, a aprendizagem dos demais alunos (GURGEL; MATOS, 2012).

Neste mesmo estudo, que buscou verificar a violência sofrida por professores da rede pública de ensino (estadual e municipal) de Teresina, Piauí, os pesquisadores indagaram aos professores qual seria o perfil dos alunos agressivos, tendo sido destacadas as seguintes características: “indisciplinados, oriundos de famílias desestruturadas, pais separados, sofre algum tipo de abuso ou violência doméstica, com vulnerabilidade social, muitos têm envolvimento com drogas, desatentos, inquietos, calados, não interagem com os outros” (GURGEL; MATOS, 2012, p. 11).

Machado e Soares (2014) identificam duas categorias fundamentais nas falas dos professores acerca das origens da violência contra eles. A primeira busca explicar essa violência por meio do fator agressividade biopsíquica, que pode ser vista como “uma manifestação de conflitos dos próprios alunos reeditados no ambiente escolar, em que o professor agredido não é o alvo intencional, mas sim o profissional que personifica a norma escolar” (p. 342). Essa pulsão biológica ou

psicológica seria como uma linguagem para esses alunos, manifestada, na maioria das vezes, por meio de afrontas banais e gratuitas contra a instituição, seus usuários e seus representantes (funcionário e professores), e também em ocorrências de extrema violência, deteriorando as relações no ambiente escolar. A segunda relaciona a violência contra o professor aos reflexos da classe social a que pertencem os alunos, das comunidades em que estão inseridos, da família da qual fazem parte e das mídias a que têm acesso. Os professores sugerem uma relação direta entre a violência contra eles e a desigualdade social dos alunos, entendida não somente como situações de extrema pobreza como também aquelas que provoquem a exclusão. Ainda segundo os professores, a estrutura familiar, a falta de sintonia entre escola e família em relação ao papel que desempenham na formação do aluno e a mídia banalizadora das agressões contribuem para a incidência de violência contra os docentes.

4. CONCLUSÃO

A violência na escola é um tema bastante complexo e que envolve questões de ordem cultural, familiar, econômica, afetiva e política que se inter-relacionam e se reconfiguram em níveis de complexidade cada vez maiores. Segundo Brasil, Legnani e Vieira (2015), a violência causa prejuízos ao desenvolvimento subjetivo e social do aluno da mesma forma que seus efeitos afetam a prática docente e até mesmo a saúde física e psíquica do professor.

Para estas autoras, se, de um lado, os professores reivindicam maior respeito e reconhecimento por parte dos alunos e suas famílias e respaldo da direção da escola para fazerem valer sua autoridade, os alunos, de outro, anseiam por terem suas demandas ouvidas e por se sentirem mais implicados e reconhecidos no processo de ensino e aprendizagem e na relação com os professores. Investigando práticas docentes em uma escola de ensino médio localizada em região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Distrito Federal, as pesquisadoras concluíram que seus encontros com o corpo docente durante o estudo realizado possibilitaram aos professores participantes

um espaço coletivo para refletir sobre sua prática e sobre a maneira como esta se articula com a dinâmica intersubjetiva na relação com seu aluno. De modo que os professores puderam nesses encontros vislumbrar algumas condutas de violência que também emergiam da parte deles e como essas situações tendiam a romper o vínculo educativo. (BRASIL; LEGNANI; VIEIRA, 2015, p. 723).

De acordo com os estudos apresentados, a maioria dos professores das escolas brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência. Os próprios professores reconhecem ser esta uma das principais razões que prejudicam a prática docente, contribuindo para a desmotivação desses profissionais e, conseqüentemente, afetando negativamente o processo de ensino e aprendizagem.

Em todas as pesquisas nas quais os professores foram perguntados sobre que providências deveriam ser tomadas para prevenir e combater a violência no ambiente escolar, as respostas dos participantes, na grande maioria das vezes, envolveram as seguintes: priorizar o diálogo, conhecer a vida familiar dos estudantes, promover palestras nas escolas, trabalhar o relacionamento interpessoal e a afetividade.

Na opinião dos especialistas consultados neste estudo, deve haver um esforço conjunto do poder público, da sociedade e da escola para minimizar a violência sofrida pelos professores nas escolas. Para tal, é fundamental que haja consenso da comunidade escolar – estudantes, professores, pais, direção e demais membros do corpo pedagógico/administrativo – acerca das regras impostas à vida cotidiana e ao funcionamento da instituição, bem como o desenvolvimento de ações educativas que envolvam a comunidade, em especial os alunos e as famílias, em torno do tema da violência nas escolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; AVANCINI, M.; OLIVEIRA, H. O bê-á-bá da intolerância e da discriminação. In: OLIVEIRA, H. (Org.). *Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. 2. ed. Brasília: UNICEF, 2006, p. 29-53.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. *Violências nas Escolas: versão resumida*. Brasília: UNESCO, 2003.

APEOESP. *Violência nas escolas: o olhar dos professores*. CEPES: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sindicais e Gerenciamento do Banco de dados da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), 2013. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/caderno-violencia-nas-escolas-analise-da-pesquisa/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, n. 47, p. 7-19, dez. 1998.

BRASIL, K. C. T.; LEGNANI, V. N.; VIEIRA, R. A. Violência 'na' e 'da' escola: concepções de professores e alunos adolescentes. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 46, p. 708-726, set./dez. 2015.

GURGEL, C. R.; MATOS, F. A. S. *A violência contra professores: saberes e práticas*. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/766ebcd59621e305170616ba3d3dac32.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

INEP. *Talis – Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem. Relatório Nacional*. Brasília: INEP, 2014, 33p. Disponível em: <<http://talis.inep.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

MACHADO, L. B.; SOARES, M. B. Violência contra o professor nas representações sociais de docentes. *Perspectiva*, Florianópolis, v.32, n. 1, p. 333-354, jan./abr. 2014.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

2015-22136